

Extensão universitária, educação básica e a educação em direitos humanos: relato de experiência do projeto “Vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos”

University extension, basic education and human rights education: experience report of the ‘Voices of children, adolescents and youths: Human Rights education’ project

Laila Lavrador Carneiro¹
Flávia Alexandra dos Santos²
Francisca Rodrigues de Oliveira Pini³

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência do projeto de extensão “Vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos”, desenvolvido pela Unifesp, no *Campus Baixada Santista/Instituto Saúde e Sociedade*. A iniciativa tem como objetivo promover espaços de escuta, reflexão e ação coletiva com crianças, adolescentes e jovens de escolas públicas da Baixada Santista (SP), a partir da práxis libertadora na educação popular. O projeto incorpora o entendimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, buscando incentivar a sua participação ativa na articulação de saberes e na transformação de suas realidades. Para isso, articula a educação em direitos humanos com círculos de cultura sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, incentivando o conhecimento dos direitos fundamentais da legislação, o fortalecimento da autonomia e a valorização da participação social. A proposta surge do compromisso com uma formação que ultrapassa os muros da universidade e se conecta às vivências concretas dos territórios. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão, o projeto promove o diálogo e articulações de saberes entre as crianças, adolescentes e extensionistas do projeto, contribuindo para a construção de práticas educativas emancipatórias e para a qualificação da formação profissional e cidadã.

Palavras-chave: Educação em direitos humanos. Extensão universitária. Educação básica. Infância. Adolescência.

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de São Paulo, Brasil; bolsista de iniciação científica, financiada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Escola de Conselhos do Estado de São Paulo, Brasil / Undergraduate student in Social Work, Federal University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; recipient of a scientific initiation scholarship, funded by the Ministry of Human Rights and Citizenship, from the School of Councils of the State of São Paulo, Brazil (laila.lavrador@unifesp.br).

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de São Paulo, Brasil; representante discente na Comissão de Curricularização da Extensão no curso de Serviço Social na Universidade Federal de São Paulo, Brasil / Undergraduate student in Social Work, Federal University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; student representative on the Curricularization of Extension Commission for the Social Work program at the Federal University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil (flavia.alexandra@unifesp.br).

³ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil; professora na Universidade Federal de São Paulo, Brasil; coordenadora do Projeto de Extensão “Vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos”, do Projeto de Extensão “Quilombagem e escola: da memória à história pública” e da “Coordenadoria de projetos e acompanhamentos pedagógicos” / PhD in Social Work, Pontifical Catholic University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor at the Federal University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; coordinator of the Extension Project 'Voices of children, adolescents and youths: human rights education', of the Extension Project 'Quilombagem and school: from memory to public history', and of the 'Coordination of projects and pedagogical monitoring' (francisca.pini@unifesp.br).

ABSTRACT

This study presents an experience report on the ‘Voices of children, adolescents and youths: education in human rights’ outreach project, which was developed by the Unifesp, at the Baixada Santista Campus/Health and Society Institute. The initiative aims to promote spaces for listening, reflection, and collective action with children, teenagers, and youths from public schools in the Baixada Santista, Brazil, based on the liberating praxis in popular education. The project incorporates the understanding that children and adolescents are subjects of rights, seeking to encourage their active participation in the articulation of knowledge and in the transformation of their realities. To this purpose, it articulates education in human rights with cultural circles on the Brazilian Statute of Children and Adolescents, encouraging knowledge of the fundamental rights of the legislation, strengthening autonomy, and valuing social participation. The proposal arises from the commitment to education that goes beyond the walls of the university and connects with the concrete experiences of the territories. By integrating teaching, research, and extension, the project promotes dialogue and the articulation of knowledge between children, adolescents, and extension workers of the project, contributing to the construction of emancipatory educational practices and to the qualification of professional and civic training.

Keywords: Education in human rights. University outreach. Basic education. Childhood. Adolescence.

INTRODUÇÃO

Criado em 2020, o projeto de extensão “Vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos” surge como uma proposta político-pedagógica vinculada ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Crianças, Adolescentes e Famílias (GCAF), do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – *Campus* Baixada Santista. Sua proposição nasce da necessidade de promover a educação em direitos humanos em instituições públicas de ensino inseridas no território da universidade, a partir de uma perspectiva crítica, popular e comprometida com a transformação social.

O projeto parte do reconhecimento histórico da luta por direitos de crianças, adolescentes e jovens no Brasil, especialmente após a superação do paradigma menorista consolidado nos antigos Códigos de Menores de 1927 e 1979. Em 2025, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completará 35 anos, sendo uma conquista fundamental que embasa e inspira as ações desenvolvidas pela extensão.

Com base nos princípios da educação popular⁴ e na pedagogia crítica⁵ de Paulo Freire, o projeto tem como objetivo construir percursos educativos junto a crianças, adolescentes e jovens, promovendo reflexões críticas sobre um dos cinco direitos fundamentais previstos no ECA, com atenção às interseccionalidades entre raça, classe, gênero, sexualidade e deficiência. Em 2024, as ações se concentraram especialmente nos direitos à convivência familiar e comunitária, bem como à educação, cultura, esporte e lazer.

Desde sua criação, o projeto atua em escolas públicas municipais e estaduais, bem como em coletivos populares e instituições, por exemplo, a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA). Desse modo, até o momento, alcançou cerca de 600 crianças, adolescentes, jovens e profissionais da educação. Ao longo dos anos, consolidou-se como um espaço potente de formação para estudantes de graduação – especialmente dos cursos de Serviço Social e Psicologia – e de diálogo com a realidade social, respeitando as vozes, culturas e experiências dos sujeitos envolvidos.

No segundo semestre de 2024, 23 extensionistas participaram do projeto, os/as quais desenvolveram atividades em três escolas de educação básica (duas escolas no ensino fundamental e uma escola no ensino médio), um coletivo cultural e um centro da Fundação CASA. Nessas instituições, a educação em direitos humanos foi promovida por meio de círculos de cultura, que envolviam oficinas, dinâmicas e intervenções construídas de forma dialógica e coletiva. Cada ciclo de ações é denominado “percurso” e cada turma que participa do projeto durante o semestre, independente da instituição, possui um percurso minuciosamente elaborado para atender às especificidades de cada faixa etária.

O projeto articula formação teórica e prática extensionista, iniciando com um processo formativo voltado aos/as extensionistas, com ênfase a temáticas como a educação em direitos humanos, educação popular, educação para as relações étnico-raciais, educação socioambiental, educação em gênero e sexualidades e os direitos fundamentais previstos no ECA. A partir dessa construção, os grupos constroem coletivamente percursos educativos desenvolvidos em instituições aliadas e parceiras ao projeto, com atividades planejadas em duplas ou trios e adaptadas às realidades de cada território. A intervenção constitui-se como a marca do projeto na instituição

⁴ Os princípios da educação popular de Paulo Freire enfatizam o diálogo, a problematização da realidade, a construção coletiva do conhecimento e a busca pela emancipação humana. A educação é vista como um ato político e transformador, que busca superar a educação bancária e promover a ação crítica dos indivíduos sobre sua realidade.

⁵ A pedagogia crítica de Paulo Freire propõe uma educação libertadora, que valoriza a experiência do/a educando/a e a relação dialógica entre educador/a e educando/a.

aliada: ao final de cada percurso, educandos/as e extensionistas elaboram, conjuntamente, um material que sistematiza e representa todas as atividades desenvolvidas. Esse produto coletivo permanece na unidade de ensino, permitindo que os debates e experiências vivenciadas reverberem para além do grupo participante, fortalecendo a apropriação dos direitos por parte da comunidade escolar.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O projeto de extensão “Vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos” se ancora na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as diretrizes institucionais da Unifesp, que enfatizam a formação integral e crítica dos/das estudantes ao conectar saberes acadêmicos à realidade social local (Unifesp, 2015). Essa tríade constitui o ambiente propício para a construção de um conhecimento significativo e transformador, que transcende a mera transmissão de informações, configurando-se como um processo dialógico e coletivo.

Em seu núcleo teórico, o projeto está profundamente alicerçado na educação popular de Paulo Freire, que se posiciona como um paradigma educativo emancipador e dialógico. Freire (1996) propõe uma educação que parte da realidade concreta dos sujeitos, visando à conscientização crítica e à transformação social. Nesse sentido, a educação deixa de ser um ato de transmissão vertical de conteúdos para tornar-se um processo de problematização, no qual educadores/as e educandos/as constroem e articulam, juntos/as, novos saberes e significados, criando condições para que as crianças, os/as adolescentes e os/as jovens se reconheçam como protagonistas de sua própria história e agentes de mudança.

A metodologia freireana se apoia na valorização da cultura, da experiência e da voz dos/das educandos/as, elemento central na construção dos percursos formativos do projeto, em que crianças, adolescentes e jovens são chamados/as a participar ativamente da reflexão sobre seus direitos e sobre a diversidade humana. Essa práxis⁶ educativa está orientada para a superação das desigualdades e opressões históricas, buscando consolidar uma cultura de educação em direitos humanos que articula a inclusão, o respeito à diversidade e a luta contra as injustiças sociais.

⁶ A práxis da educação popular é um conceito que se refere à aplicação de teorias e práticas educativas voltadas para a transformação social, com foco na participação e autonomia dos sujeitos. Envolve a articulação entre teoria e ação, na qual a reflexão crítica sobre a realidade é utilizada como base para a intervenção e transformação social.

Complementarmente, o projeto mobiliza o método dialético inspirado na tradição marxista, que propõe compreender a realidade em seus processos dinâmicos e contraditórios (Marx, 2013). O método dialético enfatiza a análise das contradições presentes na vida social, tais como as desigualdades socioeconômicas, raciais, de gênero *etc.*, e reconhece que essas contradições são motores da transformação social. Assim, o projeto busca compreender a complexidade das condições vivenciadas pelas crianças, adolescentes e jovens, inserindo suas vozes em um contexto histórico e social amplo, no qual a emancipação é vista como superação das condições materiais e simbólicas de desigualdade.

A articulação entre a educação popular de Freire e o método dialético marxista fortalece a base epistemológica do projeto, permitindo que a ação extensionista se constitua como um espaço de produção crítica de conhecimento, no qual o diálogo, a problematização e a ação coletiva se combinam para promover a autonomia e a capacidade transformadora dos sujeitos envolvidos.

Dessa forma, o projeto de extensão reafirma seu compromisso com uma educação em direitos humanos que ultrapassa a dimensão formal, configurando-se como uma ação socialmente referenciada, crítica e comprometida com a justiça social, a diversidade e a proteção integral das crianças, adolescentes e jovens.

METODOLOGIA

O projeto de extensão fundamenta-se na teoria do conhecimento de Paulo Freire (2019), bem como nos princípios da educação popular, que valorizam o exercício da participação ativa, promovendo a formação dos sujeitos para a vivência democrática nos espaços públicos. Reconhece-se que esses valores democráticos e esse aprendizado político são raramente incorporados nas pautas de formação dos espaços públicos. Assim, o ensino, a pesquisa e a extensão se articulam para promover uma compreensão ampla da realidade social, sendo a extensão universitária um elemento essencial neste processo. A metodologia do projeto compreende as seguintes etapas:

1. Formação inicial dos/as extensionistas:

Os/as extensionistas do projeto participam de uma capacitação de 20 horas, na qual se abordam temáticas fundamentais para a atuação em campo, tais como: educação em direitos

humanos, educação popular, educação para as relações étnico-raciais, educação em gênero e sexualidades, educação socioambiental, educação anticapacitista, além dos antecedentes, criação e consolidação do ECA e o aprofundamento dos cinco direitos fundamentais previstos no Estatuto. Essa formação inicial visa tanto a preparar os/as extensionistas para as atividades práticas quanto problematizar a doutrina da proteção integral, que orienta o projeto.

2. Planejamento coletivo:

Após a formação, os/as extensionistas reúnem-se com a coordenação do projeto para definir o percurso das ações. Em conjunto, escolhem até dois dos cinco direitos fundamentais do ECA, que orientarão as atividades a serem desenvolvidas nas instituições aliadas. Em seguida, são formadas duplas de extensionistas responsáveis pela construção do planejamento específico para cada instituição, contemplando:

- O direito norteador do percurso;
- Os objetivos das atividades;
- O projeto de intervenção a ser implementado;
- Os princípios de convivência a serem pactuados com os/as educandos/as;
- O detalhamento de todos os encontros.

3. Submissão do planejamento:

Anterior ao início das atividades, esse planejamento é submetido à revisão coletiva e à aprovação da coordenação da instituição aliada.

4. Execução dos encontros:

Cada percurso tem, em média, 12 horas de duração, distribuídas em encontros que seguem uma estrutura padronizada, contendo:

- Tema e objetivo do encontro;
- Círculos de cultura com as ações planejadas (dinâmicas, artes, músicas e poesias);
- Avaliação ao final de cada encontro.

Os/as extensionistas organizam o espaço em círculo para garantir um ambiente acolhedor e horizontal. A rotina dos encontros inclui uma acolhida inicial (música, poesia ou outra atividade afetiva), seguida da reflexão e problematização do tema, culminando na avaliação participativa, onde educandos/as compartilham suas impressões e sugerem atividades futuras.

5. Articulação transversal das temáticas:

Durante todo o processo, os/as extensionistas trabalham transversalmente temas como relações étnico-raciais, luta anticapacitista, combate à LGBTfobia e educação socioambiental, conectando-os/as sempre ao direito fundamental escolhido para aquele percurso.

6. Registro e sistematização:

Após cada encontro, os/as extensionistas elaboram relatórios detalhados que registram as atividades realizadas e, principalmente, as vozes das crianças, adolescentes e jovens participantes. Esses relatórios são entregues semanalmente à coordenação do projeto, garantindo o acompanhamento e a avaliação contínua das ações.

7. Projeto de intervenção:

Trata-se da memória do projeto de extensão na instituição aliada. Os/as extensionistas e os/as educandos/as desenvolvem, coletivamente, um material que represente todas as atividades desenvolvidas durante os percursos. Esse material permanece na unidade de ensino para que todas as pessoas tenham contato com o material ao acessar o local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência do projeto de extensão “Vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos”, realizado pela Unifesp, demonstrou a potência da articulação entre universidade e território quando orientada pela educação popular e pelos princípios da defesa e promoção dos direitos humanos. Em 2024, o projeto foi desenvolvido em cinco instituições educacionais e culturais localizadas no estado de São Paulo, especificamente nas cidades de Santos,

São Vicente, Guarujá e São Paulo, envolvendo mais de 70 crianças, adolescentes e jovens, com idades entre 5 e 18 anos, além de 18 extensionistas participantes.

Os encontros, que totalizaram cerca de 60 atividades formativas ao longo do semestre, foram orientados pelo ECA, especialmente o Direito à Convivência Familiar e Comunitária (art. 16), articulado à educação em direitos humanos. No total, participaram do percurso duas escolas municipais (UME Pedro Crescenti e UME Maria Helena Roxo), uma escola estadual (EE Yolanda Conte), uma unidade da Fundação CASA (Guarujá/SP) e um espaço cultural na zona norte de São Paulo (Jardim Damasceno).

A partir de círculos de cultura, envolvendo oficinas lúdicas, atividades artísticas e rodas de conversa, os encontros foram organizados respeitando os tempos, saberes e realidades dos grupos. Com crianças de 5 a 11 anos, as ações privilegiaram o uso de músicas, jogos, desenhos e contação de histórias. Com adolescentes do ensino médio e da Fundação CASA, os temas foram aprofundados por meio de debates, vídeos e reflexões mais críticas. No geral, foram abordadas temáticas transversais como relações étnico-raciais, diversidade familiar, questões de gênero e sexualidade, anticapacitismo e justiça socioambiental, sempre em diálogo com os direitos previstos no ECA.

A escuta qualificada e o vínculo construído com os grupos geraram espaços de afeto, pertencimento e crítica social. Em diversos momentos, as crianças e os/as adolescentes relataram sentimentos de valorização e reconhecimento. Assim, falas como “é a primeira vez que me sinto ouvido e que minha opinião importa” ou “vocês deveriam estar aqui e em todos os lugares” expressam o impacto subjetivo da ação nos/nas adolescentes da Fundação CASA. De forma semelhante, crianças da educação infantil verbalizaram, com sensibilidade, a pluralidade familiar, reconhecendo que “família pode ser de amigos, duas mães ou só a mamãe”, e que “tem que respeitar a família do outro”.

Como desdobramento dos processos formativos, cada grupo construiu coletivamente um projeto de intervenção. Logo, cinco produtos finais foram produzidos: uma árvore representando direitos (UME Maria Helena Roxo), cartas ao prefeito de São Paulo (Jardim Damasceno), um livro de poesias (Fundação CASA Guarujá), fanzines (Grupo Introdutório – EE Yolanda Conte) e, por fim, um mural coletivo com fotografias e frases (Grupo Aprofundamento – EE Yolanda Conte). Esses materiais, além de expressarem os aprendizados, reafirmam a autoria das crianças e adolescentes, bem como sua capacidade de reflexão crítica.

O projeto gerou impactos positivos nas crianças e adolescentes. Ademais, em diálogo com as escolas e instituições, o projeto provocou mudanças no cotidiano das unidades, ampliando a discussão sobre os direitos de crianças e adolescentes entre educadores/as e fortalecendo uma perspectiva mais dialógica e participativa nas ações educativas. A atuação contínua dos/das extensionistas possibilitou que a universidade se fizesse presente nos territórios não como portadora de saberes prontos, mas como parceira na construção coletiva de conhecimento.

Em síntese, os resultados do projeto evidenciam que a educação em direitos humanos, enraizada na educação popular, tem potencial para transformar espaços educativos em territórios de escuta, afeto, crítica e emancipação. Ao se apropriar do ECA como instrumento de reflexão e ação, crianças e adolescentes foram reconhecidos/as e reconhecem-se como sujeitos de direitos, capazes de nomear o mundo, transformá-lo e se transformar nele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão “Vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos” investe na defesa e promoção da educação em direitos humanos a partir da problematização concreta da realidade vivida por crianças, adolescentes e jovens, alinhada à doutrina de proteção integral. O projeto reconhece e valoriza o contexto social, cultural e as experiências pessoais dos sujeitos envolvidos, tratando-os como protagonistas e sujeitos de direitos.

No segundo semestre de 2024, 23 estudantes dos cursos de Serviço Social e Psicologia da Unifesp, *Campus Baixada Santista*, atuaram diretamente na promoção desses direitos por meio de um processo contínuo (Unifesp, 2025). Esse processo iniciou-se na formação para atuação em campo, sendo estendido até a implementação e finalização dos projetos de intervenção nas instituições aliadas à extensão. Além das intervenções locais, o projeto gerou materiais educativos, como dois livros eletrônicos e boletins semestrais, os quais estão disponíveis gratuitamente na internet, especificamente nas páginas oficiais da Unifesp, e sistematizam e registram as atividades realizadas, ampliando o alcance e a visibilidade da ação.

A interdisciplinaridade e a inserção direta nas comunidades educacionais da Baixada Santista constituem um diferencial fundamental, já que as ações reverberam não só nas instituições aliadas, como também no cotidiano das comunidades, fortalecendo a participação e o protagonismo

das crianças, adolescentes e jovens. Isso reforça a dimensão formativa da extensão universitária, articulando o ensino, a pesquisa e a prática social de forma integrada e comprometida com a transformação social.

Os resultados indicam que a apropriação do ECA, combinada com a práxis libertadora da educação popular, favorece a valorização da diversidade de experiências e das identidades, além de contribuir com o estímulo ao pensamento crítico. O projeto criou espaços seguros e acolhedores para que os/as jovens se reconhecessem como sujeitos plenos de direitos, ampliando seu engajamento social e político.

Para os desdobramentos futuros, destaca-se a importância de haver mais orçamento público para a extensão universitária, além de ampliar as parcerias, fortalecer o diálogo com famílias e comunidades e consolidar ações que promovam transformações estruturais na promoção da educação em direitos humanos. A continuidade e expansão do projeto são essenciais para promover ambientes educativos cada vez mais inclusivos, democráticos e sensíveis às múltiplas formas de diversidade.

Dessa forma, o projeto “Vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos” responde a demandas imediatas de formação em direitos humanos, além de se configurar como uma estratégia de intervenção social capaz de inspirar novas ações extensionistas e contribuir para a construção coletiva de uma sociedade mais justa e equânime.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Rangel. São Paulo: Boitempo, 2013.

UNIFESP. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Boletim “Vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos”. In: **Projeto de Extensão do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Crianças, Adolescentes e Famílias – GCAF**. Coordenação de Francisca Rodrigues Pini. Santos: Unifesp, Campus Baixada Santista, 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/gcaf.unifesp>. Acesso em: 26 jul. 2025.

UNIFESP. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto político pedagógico: a educação interprofissional e a interdisciplinaridade na formação superior.** Santos: Unifesp Campus Baixada Santista, 2015. Disponível em: <https://unifesp.br/campus/san7/institucional/campusbs/ppp-cbs-2023>. Acesso em: 19 jun. 2025.

Submetido em 31 de março de 2025.

Aprovado em 7 de maio de 2025.